

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1921 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

Presidente: LUIZ FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editor-executivo: SÉRGIO DÁVILA

Conselho Editorial: ROGERIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,

JANIO DE FREITAS, CLÁUDIO ROSSI, CARLOS HECTOR COMY, CELSO PRINTE,

ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretária)

Diretoria-executiva: MARCELO BENEZ (comercial), MURILLO BUSSAB (circulação),

MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Questão de maturidade

Em vez de reduzir idade penal, Congresso deveria apenas ampliar o prazo de internação possível, como propõe o Senado

A Câmara dos Deputados pode retomar nesta semana a votação da proposta que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal no Brasil. Aprovada no início de julho após manobra de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Casa, a iniciativa, por importar mudanças na Constituição, precisa passar por um segundo turno antes de ser encaminhada para o Senado. Tudo leva a crer que os deputados federais pretendem confirmar a posição expressada 40 dias atrás — quando 323 deles se manifestaram a favor do endurecimento legislativo —, mas a plena vigência dessa medida não está no horizonte próximo. Felizmente.

Se obtiver o aval das duas Casas do Congresso, a proposta de emenda constitucional enfrentará a resistência da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O presidente do conselho federal da entidade, Marcus Vinicius Furtado Coelho, já afirmou que questionará a norma no Supremo Tribunal Federal. Esse expediente, no entanto, talvez seja necessário. Ainda em meados de julho, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), indicou que atuará contra a diminuição da idade penal. “Eu não defendo a redução da maioridade. O mundo caminha na direção contrária”, declarou.

Entre os senadores parece prevalecer esse entendimento, o qual não se confunde com omissão diante da sensação de insegurança que aflije a população. Com efeito, no mesmo intuito de dar atenção a casos de adolescentes envolvidos em atrocidades, o Senado aprovou um projeto de lei bem mais adequado que a PEC da Câmara.

Trata-se, em linhas gerais, de modificar o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) a fim de permitir que o menor infrator permaneça afastado da sociedade por até dez anos, desde que tenha “praticado, mediante violência ou grave ameaça, conduta descrita na legislação como crime hediondo ou homicídio doloso”. Como esta **Folha** sustenta há bastante tempo, não há por que limitar a três anos a internação máxima possível dos jovens mais violentos (como impõe a lei atual), mas tampouco faz sentido tratá-los como adultos e despejá-los no sistema prisional. Dai a criação de um regime especial para eles, balizado por critérios claros e rígidos.

Dessa forma, sem afrontar a idade penal estabelecida pela Constituição, o legislador ofereceria uma resposta mais proporcional à selvageria de alguns episódios. Talvez seja em vão, mas não custa tentar para que os deputados tenham maturidade para entender que o projeto do Senado é melhor do que aquele gestado na Câmara.

Aldeias doentes

Os mais de 15 mil xavantes do Brasil se espalham por uma dezena de terras indígenas em Mato Grosso. A etnia ficou famosa nos anos 1940 como a primeira a ser “pacificada” no Centro-Oeste e hoje se destaca por uma triste estatística: a cada três dias morre uma de suas crianças, em geral por diarreia.

Foram 116 mortes até os cinco anos de idade em 2014. Isso representa 15% do total de óbitos indígenas nessa faixa etária no país (785); nenhum outro povo teve tantos.

Na origem das mortes está a falta de saneamento e de pronto atendimento (diarreias, afinal, são tratáveis). Banheiros são raros, e a água de beber acaba contaminada.

A situação nas aldeias da terra Sangradouro, contudo, é diversa. Desde 1957, com a chegada de uma missão de padres salesianos, esses xavantes contam com algum atendimento de saúde.

Morrem menos crianças por diarreia em Sangradouro, mas suas aldeias sofrem com uma doença de adultos típica das cidades, que quase não se vê nas localidades mais distantes: diabetes. A prevalência ali chega a 28,2%. Na população brasileira, é de 7,6%.

A epidemia tem relação direta com a proximidade de áreas urbanas, a distribuição de cestas básicas com doces antes ausentes da alimentação tradicional e dinheiro — de Bolsa Família e aposenta-

dorias — para comprar refrigerantes e biscoitos. Com o consumo de açúcar, veio também o diabetes tipo 2 e suas sequelas, como a amputação de membros inferiores.

O caso dos xavantes ilustra bem o desafio de prover assistência de saúde aos mais de 700 mil índios do país, acometidos não só pelas moléstias da pobreza rural como também as do desenvolvimento.

Para dificultar a tarefa, muitos vivem em comunidades pequenas e isoladas. A maioria na Amazônia, não raro acessíveis só de barco (existem 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas para dar conta de tamanho pesadelo logístico).

Não bastasse isso, as repartições federais que cuidam da saúde indígena padecem dos males ancestrais do Estado brasileiro: ineficiência e corrupção. Esta corroe o serviço antes prestado pela Funasa, substituída em 2010 pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde.

Os protestos indígenas continuam. A Sesai pretende terceirizar o atendimento criando um terceiro órgão, privado, o Instituto Nacional de Saúde Indígena, para contornar atrasos do setor público.

Pode ser uma saída. O projeto nem foi oficializado, porém, e já sofre oposição de ONGs indígenas e do Ministério Público Federal. As crianças e os diabéticos xavantes vão ter de esperar um pouco mais.



HÉLTO SCHWARTZMAN

Marcha civilizacional

SÃO PAULO - O STF deve começar a julgar nesta quinta uma ação que poderá resultar na descriminalização do uso de todas as drogas no país. Trata-se do Recurso Extraordinário 635.659, em que se contesta a constitucionalidade do artigo 28 da Lei Antidrogas (nº 11.343/06), que penaliza a posse de entorpecentes para uso próprio.

Pelas petições que li, o cerne da discussão é se o dispositivo fere ou não o princípio de inviolabilidade da vida privada (CF, art. 5º, X). Trocando em miúdos, haveria uma esfera da intimidade que nem o próprio Estado tem legitimidade para regular. Esse, vale frisar, é um debate que vai além da questão do uso recreativo de psicofármacos. O que o STF terá a oportunidade de definir é o alcance mesmo da liberdade individual no ordenamento jurídico brasileiro.

O embate entre o que é percebido como bem coletivo (no caso, saúde e segurança públicas) e a autodeterminação do cidadão não é novo. E a tendência, desde o Iluminismo, tem

seido a de privilegiar o segundo elemento. Foi nesse movimento que o Brasil aboliu, já em 1830, as leis que criminalizavam a sodomia. Pelo código anterior, as Ordenações Filipinas, homossexuais deveriam ser feitos “per fogo em pó”. Se o pecado fosse só o de molície (masturbação entre pessoas do mesmo sexo), a pena era mais leve: degredo nas galés.

A marcha liberalizante não parou no sexo e na intimidade. Houve avanços significativos em outras liberdades individuais, como o direito à livre expressão e as garantias contra arbitrariedades do poder público. Obviamente, há muito a melhorar. A noção de autonomia do paciente em questões de saúde, por exemplo, apenas engatinha no Brasil.

O STF tem diante de si a oportunidade de dar um importante passo para consolidar a autonomia do indivíduo, que, numa simplificação tolerável, está entre as maiores contribuições do Ocidente para o mundo. Esperemos que não a desperdice.

helto@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

O aliado otimista

BRASÍLIA - Está difícil encontrar um otimista entre os aliados de Dilma Rousseff. Um raro exemplar da espécie pode ser localizado em São Luís, a mais de 2.000 quilômetros da capital federal. É o governador do Maranhão, Flávio Dino (PC do B).

Nesta segunda, ele recebeu o presidente para dar impulso à tal agenda positiva. Os dois inauguraram um terminal portuário e entregaram chaves da Minha Casa Minha Vida, que rasteja após um corte bilionário.

Dino diz acreditar em um cenário de estabilização política e “volta à normalidade” a médio prazo. Ele sustenta que a presidente começou a sair do buraco ao retomar as viagens, acenar para os movimentos sociais e virar o disco do discurso econômico.

“Não é torcida nem otimismo metafísico”, diz o governador. “Vejo sinais positivos. O governo finalmente começou a anunciar uma agenda para sair da crise. Você não precisa falar a toda hora de corte e ajuste. Isso não mobiliza a sociedade”, afirma. Como exemplos positivos, ele cita

a reação do setor exportador, após a desvalorização do real, e a promessa de mais 3 milhões de moradias populares, anunciada em São Luís.

Para Dino, a sensação de que o mandato de Dilma corre risco também tende a “reorganizar a base social do governo”. “Os setores progressistas estavam afastados por causa do ajuste. Diante de uma emergência, tendem a se reaglutinar”, diz.

Ele admite que as manifestações de domingo serão grandes, mas aposta num esvaziamento das ruas. “Não há vigor para sustentar uma mobilização social continuada, como ocorreu contra o Collor. Sem isso, não vejo como darem um xeque-mate no governo até setembro.”

Arençada pelo governador, a plateia maranhense saudou Dino com o coro de “Não vai ter golpe”. Perguntei se ela praguejou muito contra Eduardo Cunha, o articulador do impeachment. “O Lobão estava do nosso lado o tempo todo, então ficou difícil”, brincou Dino, referindo-se ao senador do PMDB.

MARCO AURÉLIO CANÔNICO

De volta ao banguê-banguê

RIO DE JANEIRO - O retrocesso na segurança pública que o governo do Rio tenta negar voltou a se mostrar com clareza no episódio da morte do traficante Celso Pinheiro Pimenta.

Conhecido como Playboy, o criminoso mais procurado do Rio foi morto pela polícia no sábado (8) numa das áreas que comandava, o morro da Pedreira, em Costa Barros — local em que a “polícia pacificadora” ainda não chegou.

Não que as UPPs tenham hoje grande efeito inibidor sobre os criminosos: segundo as informações divulgadas, Playboy foi morto quando estava prestes a invadir o Complexo da Maré para retomar território perdido para outras facções.

Encravada entre as principais vias de acesso ao Rio — e no caminho por onde passam todos os que desembarcam no Galeão —, a Maré foi ocupada pelo Exército até junho.

Desde então, a PM assumiu a tarefa, com o objetivo de instalar UPPs. Paralelamente, o Comando Verme-

lho, o Terceiro Comando e milícias ocupam pedaços do complexo.

Uma guerra do tráfico de grandes proporções, como a que se desenha com os planos expansionistas da ADA — a facção de Playboy —, é uma desgraça como o Rio não vê desde os anos 1990.

Completando o cenário sombrio, os comparsas do traficante impuseram luto na Pedreira e arredores, nesta segunda (10), incapazes de garantir a segurança, governo e prefeitura fecharam as escolas da região, deixando milhares de alunos sem aula.

Áudios em que os bandidos ameaçam matar PMs em retaliação também não tardaram a aparecer.

Por fim, em outro sinal de que a cidade está voltando ao tempo da infâmia “gratificação faoeste”, quando os PMs ganhavam bônus por matar criminosos, a família de Playboy diz que ele foi executado após se render — a polícia nega e afirma que ele resistiu armado. Tudo remete a um Rio de triste lembrança.

MARCELO FREIXO

Democracia e cidade

Apesar da nostalgia de alguns pelos anos de chumbo, o maior desafio da democracia brasileira não é o risco de um golpe militar. É criar instrumentos para ampliar a transparência e a participação das pessoas nas decisões públicas.

Já não estamos entre os regimes democrático e totalitário, mas diante da democracia que podemos e desejamos construir.

O filósofo Jacques Rancière, autor do livro “Ódio à Democracia”, escreveu que a principal causa do esvaziamento da democracia em vários países é a aliança entre a elite política e o poder econômico.

No Brasil, essa união começa com o financiamento empresarial de campanhas eleitorais milionárias e resulta na submissão da gestão pública aos desejos de seus patrocinadores. Não se trata apenas de privatizar um bem estatal, mas de repassar a gestão pública àqueles que mantêm negócios com o Estado.

Uma democracia realmente participativa, em que as pessoas possam decidir sobre os rumos de sua cidade é incompatível com este modelo porque a soberania popular foi confiscada.

Os municípios são centrais para esse debate porque é no cotidiano da cidade-negócio que as pessoas sentem essas contradições. É o que ocorre com o transporte rodoviário na capital carioca.

O Ministério Público do Estado e o Tribunal de Contas do Município questionam constantemente o aumento do preço das passagens, reajustado ano após ano sem qualquer critério técnico, mas nada é feito pela prefeitura.

Sem a divulgação das informações financeiras das empresas responsáveis pelo serviço, não é possível que haja fiscalização e controle social.

O Minha Casa, Minha Vida é outro exemplo de política pública leiloadada. Não é um projeto habitacional de fato, mas um instrumento para fortalecer o setor da construção civil, pois não basta produzir moradia, é preciso também garantir o direito à cidade.

O que não ocorre porque, como a escolha dos terrenos cabe às construtoras, os imóveis costumam ser erguidos em locais isolados, onde a terra é mais barata. Milhares de pessoas são abandonadas nas periferias, onde não há acesso adequado a transporte, escolas, postos de saúde e opções de lazer e trabalho. As famílias ganham uma casa, mas perdem a cidade.

Rancière escreveu que a democracia não é uma questão de instituições, mas de atividade e imaginação. Está em permanente construção. Precisamos fazer com que os protagonistas sejam as pessoas, não os sócios dos governos. No lugar da cidade-negócio, queremos a cidade de direitos. Em vez da soberania confiscada, a soberania cidadã. A resposta para a crise da democracia é Marcelo Freixo.

MARCELO FREIXO escreve às terças-feiras nesta coluna.